



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER

PRESIDENTE: ELY TERUEL

TIPO DA REUNIÃO: Audiência Pública
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 07 de Novembro de 2025

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão

21511

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21511 DATA: 07/11/2025 FL: 1 DE 24

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Declaro abertos os trabalhos da 11ª audiência pública semipresencial da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher do ano de 2025, nos termos do Requerimento nº 36/2025, de autoria da Vereadora Luana Alves, convocada para hoje, 7 de novembro de 2025, cujo tema é o projeto Mais Mulheres na Política.

Informo que esta reunião está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço <https://www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online/>, e no canal da Câmara Municipal de São Paulo no YouTube.

Informo ainda que a realização desta audiência pública vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo* desde o dia 28 de outubro de 2025.

As inscrições para a participação do público foram abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo em 24 de outubro de 2025, devendo os inscritos participarem pela plataforma *on-line*, conforme *link* enviado por *e-mail*. O público presente que desejar se manifestar deve se inscrever com a secretaria da Comissão.

Esta audiência pública decorre de uma demanda da sociedade civil. O meu mandato, o meu gabinete, foi apenas o cumpridor de um pedido que surgiu, na verdade, de um movimento de mulheres que não é ligado a nenhum partido em específico; é um movimento que disputa a sociedade.

O tema da participação das mulheres na política é muito debatido, mas a minha impressão é que pouco se faz. Não pretendo fazer uma abertura muito longa, mas gostaria apenas de lembrar de uma vitória importante que as mulheres tiveram em nível nacional na política eleitoral e do revés que ocorreu logo após essa vitória.

Quando se fala de representatividade, muitas coisas podem representar isso. Podem ser as mulheres parlamentares, candidatas ou lideranças políticas ou de associação de bairro. Mas na realidade, quando se fala de partido, normalmente se fala de instituições comandadas por homens que, na prática, se beneficiam entre si.

Uma grande vitória que existiu em nível federal, fruto de um movimento histórico de mulheres, foi a proporcionalidade nas chapas para candidatas mulheres e o seu financiamento.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21511 DATA: 07/11/2025 FL: 2 DE 24

Isso não é pouca coisa. Tradicionalmente, a maioria dos partidos não lança candidatas mulheres em suas chapas e, quando lança, prioriza financiamento para homens.

As mulheres acabam sendo candidaturas de apoio, candidaturas para fazer quociente eleitoral, mas não são apostas prioritárias para vencer. Por isso, essa lei foi bastante importante, pois estabeleceu a porcentagem mínima de mulheres nas chapas de todos os partidos e também financiamento mínimo.

Foi lamentável a decisão do Congresso brasileiro, no ano passado, de anistiar os partidos que não cumpriram essa regra. Foi lamentável porque, na prática, significou o seu enfraquecimento. Se não há punição ao partido – e essa punição deveria ser financeira, no valor que o partido recebe da Justiça Eleitoral –, na prática, se cria uma carta branca para que continuem não colocando mulheres para receber financiamento.

Sem contar os inúmeros casos de machismo que sofremos nas casas legislativas. Precisariamos de uma noite inteira para falar sobre isso. Mas agora vamos chamar os convidados para compor a Mesa neste momento.

Convido a Sra. Ana Maria Lorena Campos, coordenadora-geral do movimento Mais Mulheres na Política; a Deputada Federal Juliana Cardoso; a minha amiga Deputada Estadual Monica Seixas, do Movimento Pretas; a Vereadora Dra. Sandra Tadeu; Carmem Silva, mulher fundamental na luta por moradia na cidade de São Paulo, que admiro bastante; Fe Maidel, psicóloga, ex-presidente e coordenadora interina de Políticas para LGBT do Conselho LGBT de São Paulo, que participa do mapeamento da população trans do estado de São Paulo. Sejam todas bem-vindas.

Antes de passarmos às falas, Claudia Silva fará uma breve apresentação do movimento, a partir de um documento elaborado pelo movimento Mais Mulheres na Política.

A SRA. CLAUDIA SILVA – Boa noite. Meu nome é Claudia Silva. Sou coordenadora adjunta do movimento Mais Mulheres na Política.

Em março de 2019, as participantes desta Mesa se encontraram pela primeira vez numa sala do Ministério Público, atendendo a um chamado da Dra. Vera Taberti, então

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21511 DATA: 07/11/2025 FL: 3 DE 24

Promotora de Justiça e Assessora Eleitoral do Ministério Público de São Paulo. Junto com outras 24 mulheres, sentaram-se para pensar algo que as inquietava muito: por que tantas candidatas a vereadoras, deputadas e senadoras e tão poucas são eleitas?

Sete meses depois, em setembro de 2019, surgiu, na forma de projeto de lei de iniciativa popular, o Mais Mulheres na Política, uma proposta de solução para o problema da baixa representação das mulheres nas casas legislativas.

Seis anos depois, em novembro de 2025, algumas daquelas mulheres estão aqui para falar sobre esse projeto de lei de iniciativa popular, que em breve iniciará a coleta de 1,5 milhão de assinaturas necessárias para que seja apresentado ao Congresso Nacional.

Para falar sobre o Mais Mulheres na Política, vamos escutar as vozes experientes de candidatas que enfrentaram a luta pelo voto e que se encontram hoje nesta Mesa. Estamos aqui hoje para ouvir as vozes de quem luta pelo voto e de quem vota: mulheres e homens.

O diálogo que vamos estabelecer nesta audiência pública é um passo importante para caminharmos em direção a um Brasil mais justo, diverso e com participação representativa das mulheres nos espaços de poder, ou seja, um Brasil verdadeiramente democrático.”

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Muito obrigada, Claudia.

Antes de passar a fala para Deputada Federal Juliana, gostaria de anunciar e agradecer a presença de Dafne Sena, coordenadora da Bancada Feminista, e da Rafaela Collado, da assessoria da Deputada Estadual Ana Perugini. (Palmas)

Tem a palavra, Vereadora Dra. Sandra Tadeu.

A SRA. DRA. SANDRA TADEU – Presidente Luana, gostaria de anunciar a presença de uma amiga, colega, uma mulher que batalha muito no empreendedorismo e em todos os assuntos relacionados às mulheres. A Marta está aqui no meio, cheia de ideias. Às vezes ela me deixa maluca de tantas ideias que tem. Ela faz parte do Confem – Conselho Superior Feminino, da Fiesp, no qual também tratamos da questão da violência contra a mulher dentro das indústrias.

Muito obrigada por você estar nesta Casa hoje, Marta. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Marta, pela presença.

Passo a palavra para a Deputada Federal Juliana Cardoso.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Boa noite a todos, todas e todes que estão nos acompanhando também de forma virtual pela Rede Câmara São Paulo.

Quero cumprimentar cada uma desta Mesa. Acho que, com cada uma de vocês, tenho uma história de luta, uma história parlamentar e uma história de cuidados também. Às vezes, só de nos olharmos ou de se abraçarmos já é uma forma de dizer: “Estamos aqui, cansadas, mas na luta. Força para cada uma”. Isso é muito intenso.

Vindo para cá, ao descer as escadas, vi o mural sobre as nossas mulheres. Pensei: “Nossa, vamos falar sobre o Mais Mulheres na Política, mas também precisamos começar a incorporar essa dor das mulheres na política”. Fui olhando o painel e percebendo que fazia tempo que não via algumas dessas companheiras.

Lembro muito bem das dores que elas tiveram, principalmente na política. Podemos falar sobre Isa Penna e sobre outras, como a Eliane do Quilombo, que faz tempo que não vejo e não sei por onde anda. Outra é a Flavia Pereira, que foi vereadora da minha Bancada e com quem ainda mantenho contato. Lutou muito quando vereadora e, hoje, enfrenta muitos problemas de saúde. Muitas vezes, não temos vida social. Não conseguimos cuidar da própria saúde para dar conta do dia a dia da vida política.

Então, quando falamos sobre o Mais Mulheres na Política, estamos também olhando para esse lugar, porque precisamos ocupar os espaços de decisão do Legislativo e do Executivo, já que muitas de nós vivemos essa intensidade.

Quando muitas pessoas dizem que fazemos mi-mi-mi, que sofremos de TPM ou qualquer outra coisa, não se trata disso. Trata-se, muitas vezes, de ter que mudar o nosso jeito, às vezes a nossa voz, a nossa postura. Se não nos policiamos, corremos o risco de – não sei se essa é a palavra correta –, nos masculinizar nesse no espaço legislativo, por termos muitas vezes que nos impor, nos posicionar.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21511 DATA: 07/11/2025 FL: 5 DE 24

Lembro do meu primeiro mandato. Tenho essa voz fina, é da vida, mas quando eu tinha 27 anos era mais fina ainda. Eu tinha acabado de chegar nesta Casa de 55 Vereadores, com 27 anos, superjovem, vinda da periferia de Sapopemba. Em espaços como este, eu queria falar, mas a palavra não vinha. Ainda deve continuar assim. Você levanta a mão, se inscreve para falar, mas não lhe dão a palavra. Quando começa a falar, alguém fala por cima de você.

Isso me causava muito nervoso. Pensava: “Eles vão me ouvir, não é possível”. Na discussão de um projeto de lei sobre moradia, precisava falar. Subi em cima da mesa e, de repente, pairou um silêncio ensurdecedor. Pensei: “Agora eles estão me ouvindo”. Tive que subir em cima da mesa para me ouvirem. Pelo menos assim eles me ouviram. Diziam que eu era muito alterada, da “pá virada”. Tive muitos apelidos do começo ao final do meu mandato.

Não estou falando apenas da minha experiência pessoal. Estou falando das dores de cada uma dessas mulheres que estão aqui, independentemente do partido, da ideologia, das bandeiras, das caminhadas e das dores.

Há um momento em que, se não nos unimos, eles se unem contra nós. E alguém pode perguntar: “Juliana, você está dizendo que os homens são contra as mulheres?” Não. Estou dizendo que vivemos em um mundo machista e misógino e que precisamos trabalhar muito para que as pessoas entendam que não somos objetos. Somos seres pensantes, mulheres resistentes, mulheres fortes e com poder de decisão.

Aliás, somos mais de 50% da população. E os outros 50% fomos nós que demos à luz. Portanto, precisamos ser respeitadas nesse lugar de mulher empoderada, nesse lugar de mulher que pode estar onde quiser, vestir a roupa que quiser. As políticas públicas precisam ser dialogadas conosco. Elas não podem ser pensadas em detrimento do nosso corpo, haja vista o que aconteceu nesta semana no Congresso com a resolução do CONANDA.

Quando vocês apresentam um projeto de lei de iniciativa popular que dialoga com mulheres e homens, buscando construir a compreensão de que é possível termos 50% das cadeiras ocupadas por mulheres em todos os espaços do Legislativo – Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais –, estamos dando um passo importante.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21511 DATA: 07/11/2025 FL: 6 DE 24

Somos mais de 50% e queremos estar também em 50% dos espaços do Legislativo, do Judiciário e do Executivo. Isso é possível.

Sou muito grata por essa iniciativa. Foi uma junção de caminhos: o movimento veio por um caminho, a Luana por outro, a Sandra por outro, a Deputada Ana Perugini por outro. No dia em que elas nos procuraram, a Ministra estava aqui, e houve um encontro coletivo para dizer: “Estamos pensando nisso. Precisamos da ajuda do Legislativo e também do Executivo para colocar essa ideia em prática e iniciar essa campanha”. A partir daí o movimento passou por várias casas legislativas.

Estou muito feliz de ver vocês fazendo essa caminhada. Podem contar comigo para andar naquele Congresso, conversar com outras deputadas, tanto na Câmara quanto no Senado. Acho que é um projeto de todos os partidos e espero que consigamos avançar com esse projeto de lei de iniciativa popular.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Agradeço à Deputada Juliana, com quem cheguei a conviver nesta Casa, onde ela cumpriu três mandatos. Assim como ela, também cheguei a esta Casa com 27 anos e, já no meu primeiro ano de mandato, me tornei Líder da minha Bancada. Nas primeiras semanas, quando tive que frequentar as reuniões de liderança, os Líderes dos outros partidos chegaram a ligar para os vereadores homens da minha Bancada, Celso e Toninho, para checarem a posição do partido, pois a Bancada era composta na época por seis mulheres e dois homens – e segue sendo assim.

Enfim, essa foi apenas uma das situações pelas quais passei no mandato e há muitas outras histórias que sequer dá para comentar aqui.

Passo a palavra para Vereadora Dra. Sandra Tadeu.

A SRA. DRA. SANDRA TADEU – Boa noite a todos e a todas. Na verdade, a gente já vem discutindo há alguns anos essa questão do Mais Mulheres na Política. Há alguns anos, teve um movimento da Câmara Federal. Na época – não sei se era o Renan que era o Presidente do Senado – foi apresentado um projeto que previa que 30% das cadeiras do Parlamento fossem

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21511 DATA: 07/11/2025 FL: 7 DE 24

destinados a mulheres. Não me lembro o nome da deputada, mas ela era do Amazonas. Parece que, na época, não sei bem, houve até uma reunião na Fiesp para discutir isso. Esses 30% não seriam destinados à campanha, mas às cadeiras.

Naquele momento – realmente não me lembro quem era na época o Presidente da Câmara Federal –, como várias parlamentares, dentre elas a então Senadora Marta Suplicy se manifestaram, achei que a ideia iria para frente. Na verdade, nós mulheres temos que ter um número “x” de cadeiras no Legislativo, porque é difícil para a mulher que ter um nicho e trabalhar nele ou ter alguém que goste do seu trabalho e o apoie. Tive apoio do meu marido; normalmente, é sempre um homem que nos apoia.

Na Câmara, são apenas 20 mulheres, apesar de sermos a maioria dos eleitores, como bem lembrou a Deputada Juliana Cardoso.

Outro dia, conversando com uma mulher, ela me disse: “Sandra, as mulheres estão votando em mulher. E respondi que as pessoas não sabem fazer contas, porque, se somos a maioria do eleitorado, como é que tem mais homens nas cadeiras do que mulheres? Alguém está errando na conta.

Na verdade, a gente precisa disso, porque, como disse a Deputada Juliana, para a gente, é difícil até concluir um raciocínio. É sempre um “mas Vereadora...”, ao que tenho que responder com um “eu estou falando”, “você tem que me escutar” ou “eu vou terminar”. Do contrário, a turma interrompe mesmo.

A Deputada Juliana disse que tem voz fina. Não me lembro da sua voz fina, Juliana. Agora, depois dos 60, perdi o filtro. Agora é a os berros. Não quero nem saber de normativa nem de Regimento. Se eu quiser, eu vou falar. A Luana bem sabe das brigas nesta Casa.

Demoramos anos para montar a Procuradoria da Mulher nesta Casa. Graças ao Presidente Ricardo Teixeira, a gente mudou isso. E ainda teve quem falasse para mim, como alguns Procuradores, que isso não ia valer de nada. Então, é tudo muito difícil.

Nós mulheres só vamos conseguir algo se ficarmos mais unidas, independentemente da ideologia. Por exemplo: uma vereadora desta Casa apresentou um projeto que garante

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21511 DATA: 07/11/2025 FL: 8 DE 24

proporcionalidade na Mesa. É justo. Um outro projeto, de autoria do Presidente Ricardo Teixeira, prevê a presidência da Casa para uma mulher por pelo menos um ano durante os quatro anos de legislatura.

Deputada Juliana, você não faz ideia das coisas que ouvi. Frases do tipo: “Não, vamos deixar isso, vamos aprovar o projeto e deixar para a outra legislatura”. Mas se esta Casa só tem 20 Vereadoras, por que temos que esperar a próxima legislatura? Não sei se vamos ter 20 na próxima. Pelo menos agora somos 20, e nunca tivemos esse número na Câmara Municipal de São Paulo. Quando entrei nesta Casa, na mesma época da Juliana, éramos quatro ou cinco dentre os 55. Hoje somos 20.

Vou dizer mais: as mulheres têm que se unir na mesma causa. Queremos isso. Não importa qual seja o partido, se não nos unirmos, nada acontecerá. Estamos com tudo pronto para votarmos até o final deste ano. Inclusive comentei com a Vereadora Luana que eu não pensava que íamos enfrentar tanta resistência por parte dos Vereadores. Eu achava que isso não ia acontecer.

Mas a gente vai conseguir. É uma pauta difícil de a gente alcançar, principalmente em relação a projeto popular, porque tem toda uma burocracia de assinaturas e uma série de outras coisas que só faz retardar a pauta. Mas todas as Casas têm que começar a lutar para que a gente realmente possa assumir o posto. Vamos seguir o exemplo do prefeito eleito de Nova Iorque, cuja equipe de transição foi composta apenas por mulheres. Agora vamos ver se isso vai continuar quando ele tomar posse.

Outra coisa é a mania do povo de achar que nós, mulheres, só temos que fazer ação social, como cuidar de velhinhos e de crianças. Não acho que isso seja um demérito, mas essa obrigação eles veem como nossa, não deles. Não, temos grandes ideias para grandes projetos, para que a gente possa desenvolver a nossa cidade muito melhor do que está hoje, apesar de a turma não acreditar e achar que a gente nasceu para parir e para ficar cuidando das pessoas. Eu cuido, todo mundo cuida, mas os homens também têm que cuidar.

Espero realmente que isso vá para frente e, se depender da gente, vamos lutar por

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21511 DATA: 07/11/2025 FL: 9 DE 24

fls 10

isso. Até o final do ano, vamos ter uma guerra boa, Vereadora Luana, para conseguirmos chegar a essa proporcionalidade da Mesa. Na próxima eleição da Mesa, no dia 15 de dezembro, vamos tentar mudar isso. Por pelo menos um ano dos quatro de legislatura, uma mulher assumirá a presidência desta Casa de Leis. Vamos lutar por isso.

Se não nos unirmos, de nada adiantará o projeto de 50% das vagas do Parlamento destinadas a mulheres, sendo 25% de mulheres brancas e 25% de mulheres negras. Inclusive já há proposta para aprimorar o projeto, oferecendo mais oportunidades às pessoas com deficiência, para que tenhamos um país com mais inclusão e menos desigualdade.

Muito obrigada a todos. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Vereadora Dra. Sandra Tadeu. É importante esse projeto sobre a proporcionalidade da Mesa. Claro que eu deveria ter imaginado que haveria resistência, apesar de parecer algo tão óbvio e tão tranquilo.

A SRA. DRA. SANDRA TADEU – Na verdade, todas as Vereadoras são coautoras junto com a Renata. Vamos chegar lá.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – É isso. Vamos lá. Essa briga vai ser boa.

Passo a palavra à nossa querida Dona Carmem Silva.

A SRA. CARMEM SILVA – Boa noite. Na figura da querida amiga Vereadora Luana, que está sempre junto conosco sempre que precisamos, saúdo toda a Mesa. Saúdo a Ana, a Monica e todas as demais. Quero, especialmente, agradecer a todas as mulheres que estão neste plenário. Estou vendo aqui algumas que fazem parte do movimento, como a querida Poliana, com quem temos batalhas em comum.

Sou Carmem Silva, liderança de movimento social. Também sou urbanista social e suplente de vereadora.

Vou começar a explicar sobre algo que recentemente acho que todo o Brasil acompanhou: a violência de gênero que a nossa querida Ministra Marina Silva sofreu quando um Senador falou para ela se pôr no seu lugar. Aquela fala me gerou uma revolta muito grande, porque me remeteu à minha infância. Por quantas vezes não fomos violentadas por homens até

mesmo dentro da nossa casa? Pais e irmãos sempre dizendo para nos pormos no nosso lugar. Mas qual é o lugar da mulher? Quem define esse lugar? Que lugar é esse?

Não optei por ser liderança de movimento social. Isso veio da necessidade e foi fruto da falta de uma política pública efetiva que garantisse nossos direitos. E quem violou esses direitos? Sempre foram os homens, que sempre estiveram no comando. Todas as gestões públicas no nível da macropolítica sempre foram comandadas por homens.

Quando cheguei a esta cidade no início da década de 90, me vi obrigada a ir lutar por moradia, por transporte, por comida, por creche. Lutar pelo direito de viver, de existir. Mas não desisti. Não quero falar de resistência. Nós, mulheres, não somos resistentes, somos resilientes. A todo momento estamos nos reinventando. E, nessa nossa reinvenção, estamos sempre em busca de garantias de direitos.

A mulher tem que estar no lugar que ela quiser, seja na política, na cozinha, na empresa. Esse tem que ser um direito garantido. Como mulher que participa de partido político, abdiquei da função de tarefeira em 2018, quando eu disse ao partido ao qual eu era filiada há mais de 20 anos que seria uma candidata à vereança. Ganhando ou perdendo, cada voto seria uma vitória na política. Com ou sem mandato, sei que posso contar com muitas parlamentares para apoiar a nossa justa causa de garantia de direitos.

Não conheço nenhuma mulher que não esteja em qualquer frente de ativismo, que não esteja lutando pelo coletivo, pelas causas públicas tão necessárias. Dentre todas as violências que sofremos, o capacitismo tem que acabar.

Agradeço a todas vocês pelo engajamento na luta por moradia, por comida, por creche, por uma vida melhor. Essa luta é de todas nós, inclusive de parlamentares do Executivo e de muitas advogadas. Apesar de a Maria não estar presente hoje, ela faz parte desse enfrentamento.

Atualmente sou filiada a um partido político que tomou uma grande decisão em São Paulo. No PSB, 50% das candidaturas serão voltadas às mulheres. Na contrapartida do que se vê atualmente, o partido tomou essa decisão após as mulheres do partido darem um “chega”.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21511 DATA: 07/11/2025 FL: 11 DE 24

fls 12

Não queremos cota. Estamos aqui para, de fato, assumir uma discussão justa dentro do partido. Se no seu estatuto estão reservados “x” por cento de vagas, queremos mais pela nossa capacidade de dirigentes, de tomar a frente de segmentos.

É dessa forma que vamos agir não só na política, mas nas nossas vidas. Cada vez que uma mulher é violentada nos seus direitos, a democracia brasileira é posta em risco. Temos que refletir sobre isso.

Às mulheres do movimento presentes, parabéns. Assim como eu, vocês chegaram no movimento pela necessidade de ter uma vida digna. E assim temos crescido e mostrado que somos superiores, que temos sensibilidade suficiente para sermos justas.

Como tenho outro compromisso hoje, peço desculpas por ter agora que sair. Mas estarei nesta Casa para debater, como naquela maravilhosa roda de conversa que foi realizada aqui. Eu me disponibilizo para ir onde tivermos que ir para colher assinaturas para o projeto, seja a praças, portas de metrô ou qualquer outro lugar. Vamos rumo a mais de 1,5 milhão de assinaturas.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Carmem. Muito importante a sua fala. Admiro você há muito tempo.

Tem a palavra a Deputada Estadual Monica Seixas.

A SRA. MONICA SEIXAS – Boa noite a quem nos assiste virtual e presencialmente. É uma alegria poder partilhar dessa luta por garantia de 50% de cadeiras a mulheres na política brasileira. É uma grande iniciativa e um grande debate.

Para a participação da mulher na política, temos grandes desafios, dentre eles o de garantir cotas ou espaço reservado – uma das nossas maiores lutas. Mas não só. Precisamos discutir o financiamento, o combate a candidaturas laranjas – mulheres que são usadas por partidos políticos – e, sobretudo, o compartilhamento da responsabilidade das tarefas domésticas.

Não acho que essa seja uma responsabilidade das mulheres, mas esse é um desafio

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls 13

REUNIÃO: 21511 DATA: 07/11/2025 FL: 12 DE 24

que impede as mulheres de acessar qualquer que seja o seu objetivo e sonho. Essa é uma função que nos limita e nos aprisiona no lar.

Atualmente estou no meu segundo mandato, mas já trabalhei nesta Casa por dois como assessora da então Vereadora Sâmia Bomfim. Presenciei o duro combate de Sâmia e da também então Vereadora Juliana Cardoso nesta Casa. A minha primeira candidatura foi à prefeitura de Itu, minha cidade natal, época em que meu filho tinha dois aninhos e eu só tinha uma pequena renda para nos sustentar.

Quando o movimento do qual faço parte me propôs a candidatura, a primeira resposta que me veio à cabeça foi: “Não posso”. E por que eu achava que não podia? Porque, se eu saísse do meu emprego para me dedicar a uma campanha eleitoral durante 45 dias, quem compraria o leite do meu filho? Quem pagaria o meu aluguel? Quem iria garantir o cuidado dele para eu ir para a rua? Acabei indo para a rua com a criança no peito, apoiada por uma grande organização de companheiras da militância, do movimento que eu componho para garantir o meu bem-estar e o meu conforto enquanto eu fazia a campanha.

Se naquele ano de 2016 eu tivesse ganhado a eleição aqui em São Paulo para vereadora, eu provavelmente nunca mais teria voltado ao meu posto de trabalho. Sou jornalista de formação e fui demitida por participar da política. Então, vim para São Paulo, fiz parte do mandato da Sâmia e, em 2018, novamente candidata e novamente as mesmas dúvidas: “vou ter que me afastar da Câmara Municipal”, “vou perder o meu salário”, “quem vai pagar o meu aluguel e sustentar o meu filho?”, “quem vai cuidar das coisas ordinárias da minha vida?”. Porque éramos só eu e ele.

Acho que foi daí que surgiu a história dos mandatos coletivos dos quais faço parte até hoje. Fui e sou subsidiada por uma organização, mas também, naquela época, o grande debate era se, sozinha, eu conseguiria, se daria conta de demandas que envolvem uma mulher, uma mãe solo, negra disputando uma vaga na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, que, até aquele ano, 2018, só havia eleito duas mulheres negras em sua história. Fui a terceira. Antes de mim, somente Theodosina Ribeiro – eleita vereadora no final dos anos de 1960 e

REUNIÃO: 21511 DATA: 07/11/2025 FL: 13 DE 24

deputada estadual no início dos anos de 1970 –, e Leci Brandão, minha contemporânea. Junto com Erica Malunguinho, fui eleita em 2018. Só outras duas tinham sido eleitas antes de nós. Imaginem o desafio que se impunha.

Naquela época, pensamos no mandato coletivo porque fizemos, literalmente, vaquinha para eu conseguir passar pelo pleito eleitoral; junto comigo, outras tantas mulheres que estavam de fora. Hoje no meu segundo mandato, resolvi fazer a transição da Bancada Ativista, que foi o meu primeiro mandato coletivo, para o Movimento Pretas, para apurar um pouco esse negócio de mandato coletivo. Porque muita gente sai do mandato no meio – e é isso é bom, porque outras mulheres foram eleitas a partir da experiência do mandato, passaram comigo, aprenderam a se formar, criaram autoestima. Reproduzimos esse esquema de nos cuidar, de nos autofinanciar, de fazermos vaquinha, etc.

Luana, assim como eu, você passou pelo primeiro mandato, fez vaquinha. Nós nos cuidamos. Quando você saiu do postinho para ser candidata a vereadora, por meio desse ciclo da coletividade feminina, nós nos financiamos e nos aportamos politicamente para chegar lá. Por mais que os partidos reservem financiamento político – e essa ainda é uma debilidade –, quem é que compartilha com a mulher as tarefas dos cuidados domésticos para ela conseguir ir para onde quiser, para ocupar o posto que quiser, para se desenvolver na área que ela escolher?

Na política ainda é mais desafiador. E eu quis fazer este recorte: é um debate que temos em aberto e que é nossa obrigação. Sei que as mulheres fazem, incansavelmente, quando chegam. Nós, mulheres que chegam à política, discutimos incansavelmente o direito das crianças, dos PCDs, dos idosos, dos negros e negras, da população em situação de rua. E isso é totalidade. Porque nos masculinizar não é apenas querer enfiar na gente um terno cinza e querer que a gente fale grosso batendo na mesa, é também tentar nos enfiar goela abaixo a ideia de que a grande política é gerir um Estado voltado para negócios. Porque é isso que os homens fazem e fizeram até agora.

O orçamento do Governo do Estado de São Paulo reservou 84 bilhões de reais para benefícios fiscais, que significa o agronegócio deixar de pagar impostos. São 84 bilhões para o

agronegócio. Sabe quanto para a saúde? Apenas 37 bilhões. Para a educação? 33 bilhões. São 70 bilhões cravados para a saúde e a educação e 84 bilhões para o agro. Esse é o negócio deles.

Quando estou discutindo um estado de bem-estar, quando estou na política discutindo que criança não é mãe, que escola é direito da criança e do adolescente, que creche é direito da criança e é um aporte necessário para a mulher trabalhadora – inclusive no período noturno –, quando estamos discutindo moradia como um benefício para todo mundo, restaurantes públicos, lavanderias públicas, o fim da escala 6x1 para as pessoas terem vida, quando estamos discutindo qualquer política do que se acostumou chamar de “cuidado”, estamos tentando possibilitar que outras mulheres que ainda não chegaram, possam ir para onde quiserem. É isso que estamos fazendo na política. Não só dizendo “cheguei”, mas tentando fazer com que outras possam seguir caminhando.

Quando chegamos, também não foi fácil. Ontem, como a terceira mulher negra na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, chorei ao lembrar que o discurso que assassinou Vladimir Herzog saiu daquela tribuna. Deputados da ARENA o acusaram de fazer parte do comunismo e, no dia seguinte, ele foi convidado ao DOI-CODI, de onde ele foi “suicidado” naquela cena que todo mundo conhece, do enforcamento forjado.

Cheguei àquela Assembleia Legislativa de ruralistas, de doutores, de homens de sobrenomes tradicionais, de herdeiros da escravidão, com seus ternos cinzas caros e suas gravatas bonitas, como um corpo estranho. Nos meus primeiros dias, junto com a Erica Malunguinho, escutei da tribuna um discurso dizendo que iam tirá-la do banheiro feminino a tapa. E, depois daquele dia, a série de violências inimagináveis que a gente sofre nunca cessou. O caso da Isa Penna na Assembleia Legislativa, do Cury apalpando seu seio, ficou famoso, mas também passei por muitas, que, se eu contasse aqui, acabaria tendo o efeito contrário do que desejamos, que é incentivar as mulheres a participarem da política.

Vocês disseram que são 20 nesta Casa; eram 19 no Parlamento de 1994 na Assembleia Legislativa. E foi o contrário disso. Tivemos que gritar, brigar, se auto-organizar e nos defender – todas, da direita e da esquerda. Tivemos que aprender a nos defender. Tanto

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls 16

REUNIÃO: 21511 DATA: 07/11/2025 FL: 15 DE 24

que a Assembleia Legislativa tem um marco – não sei se é bom ou ruim, só sei que participei dele –: uma cartilha comportamental que nos proíbe de nos tocarmos e de nos abraçarmos. Vocês sabiam disso? Por conta do toque indevido ao corpo da então Deputada Isa Penna. Tivemos que ter isso escrito na Assembleia Legislativa.

Agora, o desafio que se impõe é que, ao contrário de avançarmos em direitos, na política em geral, estamos perdendo direitos. Verdade seja dita: não por conta da gente. Sou autora de uma lei no Estado de São Paulo que cria alas em separado para mulheres que sofreram abortos naturais ou passaram pelo aborto legal. Já perdi um montão. E, quando falo de mulheres que não têm direitos, também estou falando de mim. Não só de mulheres trans. Quando se propõe separá-las, é para que mulheres que sonharam com a gestação, que estão começando a sua vida com o recém-nascido, não tenham o seu momento afetado por dividirem o quarto com uma mulher que também sonhou, também quis, mas perdeu e que está de luto, em sofrimento. Esses dois tipos de mulheres são afetados. O mínimo da dignidade é separá-las. No entanto, nem o aborto a gente está conseguindo acessar, seja ele por motivos de saúde ou motivos legais.

Nas minhas experiências e nas experiências de centenas de mulheres que acompanho, elas perdem a gestação no corredor, na recepção, em casa. As mulheres gestantes também, horas esperando. O único exame de ultrassonografia que a cidade de São Paulo está oferecendo para a gestante está acontecendo por volta do sexto mês de gestação. Se no sexto mês uma mulher descobre uma anomalia ou um risco à sua vida, já está tarde demais para interromper essa gestação.

A gente está vendo as pessoas perseguirem o direito ao aborto legal, que quase não está podendo ser acessado no estado de São Paulo. Mamografia? A fila é gigante. Ginecologistas sumiram da saúde básica pelos interiores. As mulheres estão se locomovendo em transportes cujos contratos que foram feitos há duas, três décadas e que ninguém quer rever. Isso sem falar na crise climática que tira nossas casas e que nos mata. As mulheres morrem muito mais por conta da crise climática, porque, quando há uma enchente, elas ficam apegadas às suas paredes até o fim tentando salvar os seus pertences e os seus filhos. E, se não morrem

REUNIÃO: 21511 DATA: 07/11/2025 FL: 16 DE 24

afogadas, morrem em decorrência das doenças decorrentes do contato com a água suja.

Então, nesse cenário, preciso dizer que temos que seguir batalhando para que as mulheres ingressem na política. Mas quando a gente chegar, a gente tem que ter a responsabilidade de dizer que não faremos política da mesma forma que eles fazem. Eles nunca fizeram uma grande política, porque eles destroem o estado de bem-estar social. Infelizmente, somos programadas, educadas e condicionadas ao cuidado. Mas é o Estado que deve cuidar das pessoas e, por isso, vamos ensiná-lo.

Mais Mulheres na Política para mais mulheres livres na vida: é nisso que a gente acredita e pelo que a gente batalha.

Obrigada, Luana. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – É sempre muito bom ouvi-la, Moni, porque vai passando um filme na nossa cabeça. Dos momentos eleitorais, acho que depois que a gente tem uma vitória, quase que apaga, porque é sempre um processo muito duro, principalmente quando a gente está com mulheres candidatas. Eu me lembro bem das suas duas eleições. Da primeira, eu não era parlamentar, mas participei; da segunda, eu já era. Lembro muito bem de como foi: não se pensa em uma mãe, em uma mulher solo, em uma mulher negra para ser candidata em condições competitivas. É coletividade, e a gente venceu. Ganhamos, e ganhamos bem.

Só que é um processo duro, e as pessoas nos questionam. A vitória é de todas nós, porque é um processo coletivo. E fico pensando nisto: a tarefa do cuidado. Sempre fico muito em dúvida, porque, é claro, a gente questiona o cuidado ser exclusivo das mulheres, mas também pondero que não acho que a gente deva achar ruim a tarefa do cuidado. O problema é ser só nosso. A capacidade de cuidado tem que ser humana; é necessária para a nossa vida. Inclusive, acho ruim quando os meninos não são ensinados a cuidar. Acho uma forma de distorção do potencial de humanidade. Uma pessoa que não consegue desenvolver a sua capacidade de cuidar do outro também tem menos envolvimento como pessoa.

Por isso, conseguir pensar em como o cuidado não pode ser algo só nosso é

REUNIÃO: 21511 DATA: 07/11/2025 FL: 17 DE 24

fundamental, mas jamais negar a capacidade do cuidado, que é o caminho para a gente conseguir pensar sobre a vivência para a humanidade diante dessas situações turbulentas que estamos vivendo.

Tem a palavra a Fe Maidel.

A SRA. FE MAIDEL – Boa noite a todos, todas e todes. Saúdo os que nos assistem pela internet.

Vim para esse movimento um pouco depois da minha transição; me senti um peixe fora d'água, sem ainda entender o que queria ser; mas o acolhimento que recebi foi tão gigante que passei cinco anos na coordenação LGBT de movimentos sociais, exercendo cuidado com essa comunidade nos centros de cidadania. E essa realidade descortina uma coisa que é muito ruim na nossa sociedade: a desvalorização do humano, a objetificação que a gente sofre o tempo todo.

Estou espalhando isto para todas as camadas e todas as pessoas: se você não tem algum tipo de poder, você não tem voz. E isso fez muito sentido com o Mais Mulheres na Política. Vou me colocar dentro da bolha. Temos pouca voz em um país gigantesco, mas temos a força da produção – não negocial, mas a força de quem produz de fato a sociedade, o consumo. A gente movimenta o país e a gente cuida para que este país continue crescendo. Está nas nossas mãos, nas mãos das mulheres. Sejam mulheres trans ou cis, sejam mulheres LGBT ou não, porque, como falou a Monica, são elas que vão ao mercado, que sabem da necessidade, que cuidam. A base é essa.

A sociedade está mudando. A gente percebe que muitos homens estão se preocupando um pouco mais, mas esses, nossos aliados, são os que menos têm poder. São esses que vão poder olhar para o que a gente está fazendo e dizer que faz muito sentido. Mas o desequilíbrio é estrutural. Sempre foi assim desde que o Brasil existe, há um pouco mais de 500 anos.

Na década de 50 do século passado, mulheres não podiam jogar futebol porque isso deformaria seus belos corpos e que as mulheres não votavam porque não tinham estrutura

emocional para decisões importantes. Minha mãe tem 82 anos, e a mãe dela não votava. Gente, como pode isso? Minha avó não votava e a minha mãe só ganhou o direito de votar quando se casou, em 1964. Gente, como assim? Que país é este? E, estudando o resto do mundo, não é só aqui.

A gente é muito pioneira no que está fazendo. A gente não está só convocando a população a se mobilizar, a gente está convocando as mulheres a se manifestarem para que possamos ter um projeto de lei votado no Congresso. Estamos elegendo a senadora, a deputada que vai levar a ideia. Acho que é muito importante esse engajamento, essa convocação que estamos fazendo hoje. Não é a primeira convocação, mas é a primeira vez que a gente informa ao público que vai existir uma plataforma pública, que a gente está investigando e investindo em contatos e em redes para que a nossa plataforma seja viável e que ninguém discuta se é certo ou errado. É válida. Somos pioneiras nisso.

Nosso país é pioneiro em um monte de coisas, e é uma desgraça em um monte de outras. Mas a gente só vai conseguir olhar para esse lado ruim se estivermos todos engajados nesse caminho de melhorar. E nele cabem 50% de mulheres nas casas legislativas. Cabe isso para a eleição do Executivo, cabe isso no Judiciário – principalmente na magistratura.

Há duas semanas, dei aula para juízes e promotores na Escola Paulista de Magistratura: duas mulheres em 200 assistentes. Por isso, me dirigi a elas. E pairou um clima, porque sou uma mulher trans e não escondo isso. Brinco com a minha voz, brinco com a minha estrutura física – sou uma pessoa grande. Para perder cinco quilos é um sufoco, vocês não têm ideia. E a gente vai brigando para ser o que quer ser. O que não é diferente em nenhuma de nós.

Estar onde se quer estar é sempre perigoso. Até um mês atrás, eu era casada com uma mulher cis; a gente se divorciou. Quando falei para ela que íamos nos separar, ela me disse: “Você entendeu o que você está fazendo da sua vida? Você está fazendo um *downgrade*, você está declinando de uma posição privilegiada. Tentando entender o que ela quis dizer, respondi: “Não, estou indo para o lugar onde acho que devo estar”. Devo ser o que sou.

Quando a gente convoca as mulheres, é para que elas sejam o que são: mães,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls 20

REUNIÃO: 21511 DATA: 07/11/2025 FL: 19 DE 24

trabalhadoras, donas, empreendedoras, tudo. Todas as mulheres, de todas as classes sociais, de todas as etnias. Para que esse apanhado nos coloque em uma direção de país, de estado, de cidade.

Trabalhei na Prefeitura, e sei o quanto é uma bagunça resolver essa cidade. A Prefeitura não é zeladoria. Moramos no maior estado do país e somos maiores que alguns países. Não é fácil isto aqui. E esta Casa de Leis representa essa nossa vontade. Acho que o ponto inicial da nossa caminhada tem que ser aqui. Tem que ser encher esta Casa com essas vozes, com essas demandas. Vamos tomar nas próprias mãos o direito de ser o que queremos ser. Foi esse o motivo de me juntar ao movimento.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Fe.

Tem a palavra a Ana Maria Lorena Campos, uma grande organizadora do movimento.

A SRA. ANA MARIA LORENA CAMPOS – Obrigada. Sou Ana Maria Lorena Campos, coordenadora do movimento Projeto de Lei Mais Mulheres na Política. Estou aqui com a Mari, a Claudia e a Lix, que são algumas das mulheres que se dedicaram a pensar o que poderíamos fazer para resolver essa questão.

Quem faz as leis? Quem nos suporta nessa luta? Não é uma coisa para enfrentarmos sozinhas. Temos que nos dar as mãos e aprovar no Congresso uma lei que permita mulheres em todas as casas legislativas: reserva de 50% de cadeiras para mulheres, sendo 25% delas reservadas a mulheres negras. Temos representantes de movimentos trans, de mulheres com deficiência, de mulheres negras e temos que fazer uma grande corrente para chegarmos lá com esse 1,5 milhão de assinaturas.

Pessoal, o Mais Mulheres na Política serve para quê? Essa é a pergunta que estamos levando para todas as comunidades. Ouvimos hoje o depoimento de legisladoras sobre o nosso propósito na política. Estamos sofrendo, não temos como cuidar dos nossos filhos. Temos que nos juntar. Para que queremos essas mulheres lá? Para cuidarem desses aspectos das vidas

do povo brasileiro que não estão bem representados.

O que é o movimento Mais Mulheres na Política? É um movimento que propõe à aprovação de um Projeto de Lei de Iniciativa Popular – PLIP que determina a reserva de 50% das cadeiras legislativas para mulheres, sendo 25% para mulheres negras. O movimento reúne grupos comprometidos com equidade de gênero e raça. Estamos fazendo rodas de conversa e oficinas nas comunidades. Todos os maracás e tambores precisam estar soando “queremos mais mulheres na política!”.

Aqui temos as organizações signatárias. A Dra. Vera Taberti, do Ministério Público, acompanhou as candidaturas femininas em 2016 e em 2018. Todos os ritos foram cumpridos, mas não havia mulher eleita. O que aconteceu? Ela chamou organizações para discutir o que fazer. Em outubro de 2019, foi proposto esse projeto de lei. Temos agora uma parceria com o Observatório Pró-Equidade do Superior Tribunal Militar. Batemos à porta da Dra. Elizabeth, que nos acolheu.

Vejam bem: o projeto da Ficha Limpa mostrou que podemos chegar lá com 1,5 milhão de assinaturas. Mas deem uma olhada no que teremos que levar para lá se for em papel: duas toneladas. Quem vai carregar? Não dá. Então, temos que coletar por uma plataforma digital.

Lançamos o movimento em 2020. Tínhamos uma plataforma chamada Mudamos, mas veio a covid-19 e tudo fechou por dois anos. Quando estávamos retomando em 2023, a plataforma informou que não era mais segura para a validação lá no Congresso. Paramos e pensamos: “E agora?”. Fomos até a Dra. Elizabeth e estamos fechando o trabalho para começar a coletar assinaturas ainda neste ano.

Assim como a Ficha Limpa, acreditamos no poder da ação coletiva. Estamos conseguindo juntar não apenas a população, mas parte dos legisladores. E não teremos que levar papelada: faremos coleta digital. Por lei, como estabelecido na Constituição de 88, não poderíamos apresentar via digital e sim em papel. Mas estamos levando por via digital com todas as informações pedidas porque o Congresso está “sentado” em cima de um projeto que permitiria a coleta digital. Chegaremos de qualquer jeito, e lá discutiremos. Isso nos dará segurança

REUNIÃO: 21511 DATA: 07/11/2025 FL: 21 DE 24

jurídica, agilidade e facilidade de armazenamento. As duas toneladas da Ficha Limpa estão numa sala da OAB em Brasília até hoje.

A hora é agora. Comecei a trabalhar nisso em 2019 por acaso. Tinha acabado de chegar a São Paulo depois de 45 anos fora. Fui ao lançamento e pensei: “Sou povo, estou aqui como cidadã”. Naquela época, quando eu falava do movimento, ouvia uma risada ou “coitadinha”. Mas de 2019 para hoje, não há uma pessoa sequer que não aprove a ideia. O Brasil precisa refletir com urgência sobre seus espaços de decisão. Somos mais de 50% da sociedade, mas minoria nas instâncias legislativas. Se garantirmos essas cadeiras, daremos um passo rumo à democracia plena e faremos uma revolução no DNA cultural deste país.

Apresento a vocês a minha neta que está ali, morrendo de vergonha.

- Oradora aponta para a plateia.

A SRA. MONICA SEIXAS – Que legal, três gerações de mulheres neste encontro.

A SRA. ANA MARIA LORENA CAMPOS – Vejam só, duas netas. Estamos treinando-as firmemente. Brincadeira!

Em termos de planejamento, quando começarmos a assinar, não poderemos ficar mais do que seis meses na rede. Se demorarmos muito, o interesse se perderá. Temos que coletar as assinaturas em seis meses para apresentarmos ao próximo Congresso. Planejamento estratégico.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Ana.

Algumas propostas de encaminhamento: carta de apoio feita pelo movimento ao projeto de lei municipal sobre a proporcionalidade de gênero na Mesa Diretora e entrega a todos os Vereadores; apoio para recolhimentos de assinaturas na Marcha de Mulheres Negras em Brasília, no dia 25 de novembro; compartilhamento da programação dos pontos de coleta com nossos mandatos; carta-compromisso a todos os candidatos e candidatas do Legislativo e Executivo no ano que vem.

Tem a palavra a Cristina Simões.

A SRA. CRISTINA SIMÕES – Boa noite. Sou Cristina Simões, presidente da AVCistas. Sou uma mulher de 54 anos, branca, carioca, filha de pais nordestinos que teve um AVC aos 46 anos. Em 2017, uma a cada seis pessoas tinha AVC; atualmente, uma a cada quatro. A cada seis minutos morre uma pessoa de AVC no Brasil. É uma epidemia.

Sou filiada ao PSDB e fui candidata a vereadora com pouquíssimos votos – para o deficiente é tudo muito mais difícil. O AVC atinge mais as mulheres em todos os níveis, e atinge as cuidadoras, que são, em sua maioria, mulheres. Pedi para falar para poder ir descansar, pois tenho problemas de fadiga.

Obrigada por tudo. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Cris.

Tem a palavra a Ivana Andrade, do PSB Inclusão, por favor.

A SRA. IVANA ANDRADE – Boa noite. Peço desculpas se utilizar minha cola; sou do PSB Inclusão e tenho uma deficiência invisível. Vim compartilhar sobre a encefalomielite miálgica ou Síndrome da Fadiga Crônica, doença que afeta pelo menos três milhões de brasileiros e atinge três vezes mais as mulheres.

Há um silenciamento na saúde. Passamos pelo *gaslighting* médico todos os dias quando somos convencidas a desacreditar do que o nosso próprio corpo está manifestando. Apesar de termos projetos, não dispomos sequer de um protocolo de diretrizes de tratamento no Brasil. O PL 233/2022, de São Paulo, está parado desde março de 2023. Falar sobre essa doença é falar sobre mulheres silenciadas.

Muito obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Ivana.

Tem a palavra a Lix Goli.

A SRA. LIX GOLI – Boa noite aos remanescentes. Agradeço aos que permaneceram até agora. Estamos cansados de ver retrocessos após tanta luta. Venho lá de trás, do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral. Só em 2010, tivemos a constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa.

Esse movimento da Ana Maria foi um presente para mim. Catalogamos retornos de *e-mails* que enviamos ao Congresso: da Senadora Soraya Thronicke; da Ministra Simone Tebet, que escreveu de próprio punho; do Senador Paulo Paim; e de outros, como o Senador Sergio Moro e o Senador Marcos Pontes. Isso é um começo para estarmos dentro do Congresso com toda a força.

Vamos juntos! (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Lix.

Para finalizar, tem a palavra companheira Priscila Santos.

A SRA. PRISCILA SANTOS – Boa noite. Quero me solidarizar com todas as mulheres na política. Sempre xinguei políticos, mas acompanhava você, Vereadora Luana, pelo Instagram, e me identificava.

Um recado para o líder religioso que falou sobre o voto feminino: não existe ninguém com mais fome e sede de justiça do que as mulheres. Falar da luta de gênero é falar da luta de classes. Fui liderança nos atos pelo fim da escala 6x1. Essa luta tomou proporção porque 70% dos que querem isso são de mulheres.

Quando abordava os homens, eles me chamavam de “vagabunda” e diziam que eu não gostava de trabalhar. Quando abordava as mulheres, elas choravam e diziam: “Acabei de ter um filho e tive que retornar ao trabalho”.

Faço parte de uma geração que cresceu órfã de mães vivas. Tivemos de ser mães dos nossos irmãos. Minha mãe foi mãe do meu irmão autista numa época em que se dizia que a culpa era da mãe. Ela se formou em Direito, mas teve de voltar para o telemarketing porque ouvia que estava “velha” para estágio aos 27 anos. Com a luta do fim da 6x1, foi a primeira vez que tive voz e acreditei em mim.

Hoje represento também a minha amiga Dani Alves, do Rio de Janeiro, mulher negra e trans. Quero me lançar, quero ter voz. Uma mulher, quando entra na política, é esmagada. Mas quando mulheres entram em conjunto, elas mudam a política. É preciso ter pesquisadoras mulheres, mulheres na economia, no direito, inclusive na Polícia Militar – só as mulheres pretas

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls 25

REUNIÃO: 21511 DATA: 07/11/2025 FL: 24 DE 24

sabem o que é ser revistada por um homem.

Juntas somos fortes! (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Pri. Essa tarefa de 1,5 milhão de assinaturas não vai ser fácil, mas contem com este mandato. Vamos atrás das assinaturas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta audiência pública.